



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ

Relatório de Autoavaliação Institucional

Ciclo Avaliativo
2016

SINAES – Lei no 10.861, de 14 de abril

CPA

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
Ciclo 2016**

Comissão Própria de Avaliação – CPA/IFPI

Teresina, 28 de março de 2017

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Paulo Henrique Gomes de Lima
REITOR

Laura Maria Andrade de Sousa
PRÓ-REITOR DE ENSINO

Antônio de Pádua Alves Pinto
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Ayrton de Sá Brandim
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Paulo Borges da Cunha
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequias Matos Esteves
DIRETOR DO CAMPUS TERESINA CENTRAL

Francisca Assunção Almeida Félix
DIRETORA DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL

Odimógenes Soares Lopes
DIRETOR DO CAMPUS FLORIANO

Alexandre Borges Cristóvão
DIRETOR DO CAMPUS PARNAÍBA

Haroldo Reis Alves de Macêdo
DIRETOR DO CAMPUS PICOS

Polyana Dias Miranda
DIRETOR DO CAMPUS ANGICAL

Clayton da Costa Ribeiro
DIRETOR DO CAMPUS PIRIPIRI

Laécio Barros Dias
DIRETOR DO CAMPUS CORRENTE

Miguel Antônio Rodrigues
DIRETOR DO CAMPUS URUÇUI

Francisco Nogueira Lima
DIRETOR DO CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/IFPI

Comissão Central

Coordenação

Antônio Alves de Carvalho Júnior

Membros

Docentes

Diego Mendes Pinheiro Costa
Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda (Suplente)
Teresinha Vilani Vasconcelos de Lima (Suplente)

Técnicos Administrativos

Kennya Martins de Melo Sousa Cunha
Mércia Ribeiro de Sousa

Discentes

Fernando Juliano Santos
Fernando Robério Santos de Sousa (Suplente)

Representantes da Sociedade Civil Organizada

Almerinda Alves da Silva
Josivaldo de Sousa Martins (Suplente)

Procuradoria Institucional

Diego Mendes Pinheiro Costa

SUMÁRIO

1	DADOS DA INSTITUIÇÃO	5
2	DADOS DE CRIAÇÃO DA IES	6
3	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
3.1	Cursos Superiores ofertados	10
4	INDICADORES INSTITUCIONAIS	13
5	METODOLOGIA.....	21
5.1	Procedimentos Metodológicos do Processo de Autoavaliação.....	21
6	DESENVOLVIMENTO.....	24
6.1	ANÁLISE DOS INDICADORES - SEGMENTO DISCENTE	25
6.1.1	EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	25
6.1.2	EIXO 2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	26
6.1.3	EIXO 3 POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	27
6.1.4	EIXO 4 POLÍTICAS DE GESTÃO.....	28
6.1.5	EIXO 5 INFRAESTRUTURA.....	30
6.2	ANÁLISE DOS INDICADORES - SEGMENTO DOCENTE.....	31
6.2.1	EIXO 1 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	31
6.2.2	EIXO 2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	32
6.2.3	EIXO 3 POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	34
6.2.4	EIXO 4 POLÍTICAS DE GESTÃO.....	35
6.2.5	EIXO 5 INFRAESTRUTURA.....	36
6.3	ANÁLISE DOS INDICADORES- SEGMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	37
6.3.1	EIXO 1 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	37
6.3.2	EIXO 2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	39
6.3.3	EIXO 3 POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	40
6.4	EIXO 4 POLÍTICAS DE GESTÃO	41
6.5	EIXO 5 INFRAESTRUTURA	42
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da IES: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí
Sigla: IFPI
Código: 1820
Mantenedora: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí
CNPJ: 10.806.496/0001-49
Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal
Organização Acadêmica: Instituto
Categoria Administrativa: Pública Federal
Dirigente (Reitor): Paulo Henrique Gomes de Lima
Endereço da Sede: Avenida Jânio Quadros, 330, 64053-390, Santa Isabel, Teresina (PI)
Telefone: 86 – 3131 1400
E-mail: reitoria@ifpi.edu.br
Sítio eletrônico: www.ifpi.edu.br
Campi
Angical do Piauí
Campo Maior
Cocal
Corrente
Floriano
Oeiras
Parnaíba
Paulistana
Pedro II
Picos
Piripiri
São João do Piauí
São Raimundo Nonato
Teresina Central
Teresina Zona Sul
Uruçuí
Valença do Piauí

2 DADOS DE CRIAÇÃO DA IES

Ato Regulatório: Credenciamento
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Tipo de Documento: Lei Federal
Nº. do documento: 11.892
Data do documento: 29/12/2008
Data de publicação: 30/12/2008

Ato Regulatório: Recredenciamento
Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Tipo de documento: Portaria
No. Documento: Portaria 1749 de 20/12/2016.
Data do Documento: 20/12/2016
Data de Publicação : 21/12/2016

3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil, nos últimos quinze anos, a promoção da melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis tem representado uma importante política social no enfretamento das mudanças em todas as áreas da sociedade. Redimensionar a política de expansão e melhorar o ensino superior é o grande desafio das Instituições na atualidade. Logo, os sistemas de avaliação nas IES, assume o relevante propósito de fornecer indicadores que viabilizem o aperfeiçoamento e o monitoramento das políticas institucionais desenvolvidas, as quais objetivam o alcance satisfatório da qualidade da educação que a sociedade brasileira deseja.

Através da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e portaria 251, de 09 de julho de 2004, implantaram-se no âmbito das IES os procedimentos de avaliação interna, denominada de autoavaliação, concebida como uma ferramenta construtiva, dinâmica e processual, que possibilita a busca contínua pela elevação do padrão de qualidade nos serviços oferecidos e pela responsabilidade social.

A Comissão Própria de Avaliação do IFPI tem por finalidade, além da coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

Assim, a proposta de autoavaliação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI visa contribuir de forma processual e participativa na melhoria e no aperfeiçoamento da qualidade institucional.

A avaliação Institucional enquanto instrumento de gestão na instituição educacional precisa ser concebida como um poderoso e imprescindível instrumento gerencial e pedagógico que envolve aferição, revisão e construção. Deve revelar a adequação e a qualidade do desempenho institucional, com base em critérios, gerando insumos para os processos de tomadas de decisões e implantação de resultados.

Em consonância com estas perspectivas, o projeto de autoavaliação é um elemento integrado à Missão do IFPI que visa “***promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, destacando-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento sustentável***”, bem como a seus objetivos gerais nas áreas dos cursos que ministra, a saber:

I-Ministrar a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - Ministrar a educação superior nas seguintes modalidades:

a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação stricto sensu que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

III- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

IV - Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

V - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

VI - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Esses objetivos, definidos com base na Lei nº 11.892/2008 e em consonância com a missão e finalidades do IFPI, estão articulados com as dimensões institucionais e com as metas prioritárias, estabelecidas para o período deste PDI, o que representa o compromisso da gestão com o desenvolvimento institucional.

Desta forma, para o IFPI a autoavaliação é um fator fundamental para a garantia da qualidade. Somente através de um rigoroso e contínuo processo de autoavaliação o Instituto poderá responder às demandas que lhe são impostas e exercer a função antecipatória da qual depende a sua sobrevivência no futuro.

3.1 Cursos Superiores ofertados

A seguir apresentamos os Cursos superiores ofertados no IFPI, por campi:

Campus	Curso	Turno de oferta	Ano de implantação	Portaria de criação, reconhecimento ou renovação	Enade	CPC	CC
Teresina Central	Tecnologia em Alimentos	Vespertino	2000	Portaria nº 286, 21.12.2012	5	4	-
Teresina Central	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Vespertino	1999	Portaria nº 1.095, 24.12.2015	5	3	4
Teresina Central	Licenciatura em Ciências Biológicas	Vespertino	2001	Portaria nº 1.095, 24.12.2015	4	4	3
Teresina Central	Bacharelado em Engenharia Mecânica	Integral	2008	Portaria nº 286, 21.12.2012	3	2	3
Teresina Central	Licenciatura em Física	Noturno	2001	Portaria nº 616, 30.10.2014	-	-	3
Teresina Central	Tecnologia em Geoprocessamento	Vespertino	2001	Portaria nº 278, 01.07.2016	-	-	4
Teresina Central	Tecnologia em Gestão Ambiental	Vespertino	2001	Portaria nº 1, 06.01.2012	4	4	-
Teresina Central	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Noturno	2000	Portaria nº 705, 18.12.2013	5	3	4
Teresina Central	Licenciatura em Matemática	Noturno	2001	Portaria nº 286, 21.12.2012	3	3	4
Teresina Central	Licenciatura em Química	Vespertino	2001	Portaria nº 1.095, 24.12.2015	4	3	4
Teresina Central	Tecnologia em Radiologia	Noturno	2000	Portaria nº 822, 30.12.2014	4	3	2
Teresina Central	Tecnologia em Secretariado	Noturno	2001	Portaria nº 3.403, 30.09.2005	-	-	3
Teresina Zona Sul	Licenciatura em Informática	Noturno	2012	Portaria nº 1.037, 23.12.2015	-	-	4
Teresina Zona Sul	Tecnologia em Gastronomia	Matutino	2011	Portaria nº 311, 28.04.2015	-	-	4
Teresina Zona Sul	Design de Moda	Noturno	2017	Resolução nº 108, 17.10.2016	-	-	-
Angical	Licenciatura em Física	Noturno	2011	Portaria nº 1.039, 23.12.2015	3	-	3
Angical	Licenciatura em Matemática	Noturno	2010	Portaria nº 311, 28.04.2015	3	-	3
Angical	Bacharelado em Administração	Noturno	2017	Resolução nº 113, 27.10.2016	-	-	-
Cocal	Licenciatura em Matemática	Diurno	2016	Resolução nº 06, 26.10.2015	-	-	-
Cocal	Licenciatura em Química	Diurno	2016	Resolução nº 05, 26.10.2015	-	-	-
Cocal	Tecnologia em Agroecologia	Vespertino	2017	Resolução nº 101, 17.10.2016	-	-	-
Corrente	Tecnologia em	Noturno	2011	Portaria nº 309,	-	-	3

	Gestão Ambiental			28.04.2015			
Corrente	Licenciatura em Matemática	Noturno	2010	Portaria nº 311, 28.04.2015	-	-	3
Floriano	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noturno	2001	Portaria nº 794, 14.12.2016	3	3	-
Floriano	Licenciatura em Ciências Biológicas	Noturno	2002	Portaria nº 1.095, 24.12.2015	3	3	5
Floriano	Licenciatura em Matemática	Noturno	2002	Portaria nº 1.095, 24.12.2015	3	3	4
Oeiras	Bacharelado em Administração	Noturno	2017	Resolução nº 106, 17.10.2016	-	-	-
Oeiras	Licenciatura em Física	Noturno	2017	Resolução nº 107, 17.10.2016	-	-	-
Parnaíba	Licenciatura em Física	Noturno	2009	Portaria nº 617, 30.10.2014	-	-	3
Parnaíba	Licenciatura em Química	Noturno	2009	Portaria nº 1.095, 24.12.2015	3	4	4
Parnaíba	Tecnologia em Processos Gerenciais	Noturno	2017	Resolução nº 102, 17.10.2016	-	-	-
Paulistana	Licenciatura em Química	Noturno	2016	Resolução nº 07, 26.10.2015	-	-	-
Paulistana	Bacharelado em Zootecnia	Matutino	2017	Resolução nº 98, 17.10.2016	-	-	-
Pedro II	Licenciatura em Ciências Biológicas	Vespertino	2016	Resolução nº 14, 26.10.2015	-	-	-
Pedro II	Bacharelado em Administração	Noturno	2017	Resolução nº 109, 17.10.2016	-	-	-
Picos	Licenciatura em Física	Noturno	2009	Portaria nº 1.095, 24.12.2015	-	-	3
Picos	Licenciatura em Química	Noturno	2009	Portaria nº 68, 24.03.2016	-	-	3
Picos	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noturno	2013	Portaria nº 1.035, 23.12.2015	-	-	3
Piripiri	Licenciatura em Matemática	Noturno	2010	Portaria nº 305, 16.04.2015	-	-	3
Piripiri	Tecnologia em Design de Moda	Vespertino	2016	Resolução nº 11, 26.10.2015	-	-	-
Piripiri	Bacharelado em Administração	Noturno	2016	Resolução nº 09, 26.10.2015	-	-	-
São João do Piauí	Bacharelado em Administração	Noturno	2017	Resolução nº 105, 17.10.2016			
São João do Piauí	Licenciatura em Ciências Biológicas	Noturno	2017	Resolução nº 104, 17.10.2016			
São Raimundo Nonato	Tecnologia em Gastronomia	Noturno	2012	Portaria nº 304, 16.04.2015	-	-	3
São Raimundo Nonato	Licenciatura em Matemática	Noturno	2011	Portaria nº 309, 28.04.2015	4	-	3

São Raimundo Nonato	Licenciatura em Física	em	Noturno	2017	Resolução nº 110, 17.10.2016			
Uruçuí	Licenciatura em Matemática	em	Noturno	2010	Portaria nº 66, 28.01.2015	3	-	4
Uruçuí	Licenciatura em Ciências Biológicas	em	Noturno	2016	Resolução nº 15, 26.10.2015	-	-	-
Uruçuí	Bacharelado em Engenharia Agrônoma	em	Diurno	2016	Resolução nº 12, 26.10.2015	-	-	-

A Comissão Própria de Avaliação reúne-se mensalmente e extraordinariamente, quando necessário, tendo por função coordenar e articular o processo interno de avaliação da instituição

4 INDICADORES INSTITUCIONAIS

Relacionamos abaixo um conjunto de indicadores institucionais visando caracterizar melhor a Instituição.

Obs. Os indicadores A à L possuem como fonte de dados o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC - MEC) e do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGEPF), utilizados na produção do Relatório de Gestão Institucional, maiores informações sobre o cálculo dos indicadores encontram-se no “Manual para produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT, Versão 03/02/2012, de Fevereiro de 2012”.

A) Relação Candidato/Vaga (RC/V)

RC/V	2012	2013	2014	2015	2016
IFPI	6,46	6,47	8,4	7,75	5,73

FONTE: Procurador Institucional e SISTEC - MEC

Análise: Analisando-se os dados, verificamos que comparado ao ano anterior houve um decréscimo de 26 % na relação, fato que se deve pelo aumento do número de vagas ofertadas, em 2016 a UJ ofertou vagas, aumentando em cerca de 20% o número de vagas em relação ao ano de 2015, ano em que a UJ ofertou 6 687 vagas, aumentando principalmente nas unidades não-consolidadas (Campus com menos de cinco anos). Em 2015 as unidades não-consolidadas ofertaram 1437 vagas, em 2016 as unidades não consolidadas ofertaram 1704 vagas, concomitantemente ocorreu o aumento do número de vagas ofertadas no ensino superior, com a criação de novos cursos como Bacharelado em Administração, Design de Moda e Agronomia, aumentando de 1175 vagas para 1485 vagas, um aumento percentual de 26% das vagas no ensino superior.

B) Relação de Ingressos/Alunos (I/A)

I/A	2012	2013	2014	2015	2016
IFPI	36,1	30,01	25,9	27,41	26,77

FONTE: Procurador Institucional e SISTEC - MEC

Análise: Este índice apresenta o percentual de estudantes ingressantes na instituição em relação ao total de alunos.

No ano de 2016, o índice I/A de 26.77% apresentou uma involução de 2,3% em relação a 2015, esta diminuição foi provocado pela consolidação de cursos técnicos, com a conclusão dos cursos iniciados em 2014, nas unidades não-consolidadas. Comprovada pelo aumento em 147% na relação Concluintes/Aluno.

C) Relação Concluintes/Alunos (RC/A)

RC/A	2012	2013	2014	2015	2016
IFPI	9,5	11,9	7,24	4,19	10,34

FONTE:Procurador Institucional e SISTEC - MEC

Análise: Este índice teve uma aumento de 147% em relação ao ano anterior, provocado pela Consolidação dos Cursos Técnicos Concomitantes /Subsequentes nas Unidades não-consolidadas (Menos de cinco anos).

D) Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes (IEA)

IEA = Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externos

IEA	2012	2013	2014	2015	2016
IFPI	54,30	51,28	55,25	39,42	52.81

FONTE:Procurador Institucional e SISTEC - MEC

Análise: Este índice teve um aumento de aproximadamente 34% em relação ao ano anterior, os fatores que contribuíram com o aumento são:

- a. As mesmas do indicador Relação Concluintes/Aluno;
- b. A mobilidade acadêmica com o SISU e da certificação do ensino médio através do ENEM, que provoca a evasão dos alunos maiores de 18 anos do Ensino Médio Integrado, porém conseguimos reduzir esta mobilidade com a utilização melhor das listas de espera do SISU, melhorando os índices de matrícula no ensino superior.

E) Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

$RFE = \frac{\text{Número Total de Retidos}}{\text{Número Total Matriculados}}$

RFE	2012	2013	2014	2015	2016
IFPI	44,8	42,16	46,26	47,79	48,36

FONTE: Procurador Institucional e SISTEC - MEC

Análise: Este índice em 2016 vem apresentando um aumento em relação ao ano de 2015 de 1,2%, apresentando uma elevação de 4,53% em relação a 2014. Tal elevação dar-se-á pela não conclusão dos alunos no segundo semestre de 2016 no prazo estipulado pelo ciclo de matrícula, ocasionado pelas diversas greves que aconteceram em 2015 e 2016. Aumentando o índice de alunos considerados retidos.

F) Relação Alunos/Docente em Tempo Integral (A/DTI)

Descrição: Quantifica o número de alunos por docente em tempo integral.

$A/DTI = \frac{\text{Alunos matriculados}}{\text{Docentes em tempo integral}}$

A/DTI	2012	2013	2014	2015	2016
IFPI	31,43	35,5	19,42	20,39	23,23

FONTE: Procurador Institucional e SISTEC - MEC

Análise: Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral - Este índice teve um

acréscimo de 14%, este acréscimo pode ser justificado com o aumento do número de vagas e consequentemente o número de alunos na UJ e com a alteração da metodologia de cálculo do Aluno/Docente em Tempo Integral, levando em consideração o cálculo do Aluno Equivalente.

G) Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)

Descrição: Quantifica a titulação do corpo de professores, onde: G = Graduado; A = Aperfeiçoado; E = Especialista; M = Mestre; e D = Doutor.

$$\text{ITCD} = (\text{G} \times 1 + \text{A} \times 2 + \text{E} \times 3 + \text{M} \times 4 + \text{D} \times 5) / \text{G} + \text{A} + \text{E} + \text{M} + \text{D}$$

ITCD	2012	2013	2014	2015	2016
IFPI	2,89	3,25	3,28	3,44	3,54

FONTE: DIGEP

Análise: Este índice teve um acréscimo de 3 %, com 22 professores doutores e 60 professores mestres a mais que o ano de 2015, comprovando o aumento do número de doutores e mestres.

H) Gastos Correntes por Aluno (GCA) SIGEP-MPOG

Descrição: Quantifica todos os gastos da instituição (exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas), por aluno atendido em todas as unidades.

$$\text{GCA} = \text{Total de Gastos Correntes} / \text{Alunos Matriculados}$$

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016
GCA	4911.58	6456.58	10032.31	11 884.99	11.344,66

FONTE: SIGEP-MPOG, SISTEC - MEC

Análise: Este índice que relaciona Gastos Correntes / Total de Matriculados, indica o investimento feito pela UJ em cada aluno. São considerados gastos correntes, todos os gastos da instituição menos os gastos com investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas.

Estes valores tiveram um decréscimo no ano 2016, em torno de 5 % e relação

ao ano 2015, destarte a consolidação dos campi novos do instituto, contingenciamento de receita e o aumento do número de alunos.

I) Percentual de Gastos com Pessoal (GP)

Descrição: Relaciona os gastos de pessoal (ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios), em função dos gastos totais.

$GP = \text{Total de Gastos com Pessoal} \times 100 / \text{Gastos Totais}$

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016
GP	61.40	74.20	61.47	73.29	77,26

FONTE: SIGEP-MPOG

Análise: Constatou-se em 2016 que 77,26% dos gastos totais foram gastos com pessoal, um aumento percentual de 5% em relação ao ano 2015.

Fatores que contribuíram para o aumento:

- Contratação de novos servidores (92 docentes e 13 TAEs) – aumentando em 5% o número de servidores no IFPI.
- Aumento da titulação dos docentes, houve um aumento de 13% no número de mestres, e 33% no número de doutores, e a progressão funcional dos docentes por Reconhecimento de Saberes e Competências, consequentemente o aumento dos gastos com pessoal.

J) Percentual de Gastos com outros Custeios (GOC)

Descrição: Relaciona os gastos totais de outros custeios (exceto benefícios, investimentos e inversões financeiras), em função dos gastos totais.

$GOC = \text{Total de Gastos com outros Custeios} \times 100 / \text{Gastos Totais}$

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
GOC	6,44%	12,83%	16,85	20.80	17.44	16.40	20,10

FONTE: SIGEP-MPOG

Análise: Estes valores variaram de 16,4% em 2015 para 20,1% em 2016 representando uma variação positiva de 23% no custeio, indicando crescimento dos gastos com outros custeios, devido a consolidação dos 6 novos campi e 3 campi avançados instalados no IFPI nos anos de 2014 e 2015, bem como o contingenciamento do orçamento e a diminuição dos gastos com investimento.

L) Percentual de Gastos com Investimentos (GI)

Descrição: Relaciona os gastos com investimentos (execução de obras e aquisição de imóveis), em função dos gastos totais.

$$GI = \frac{\text{Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$$

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016
GI (%)	17,88	14,6	17,2	6,17	0,64

FONTE: SIGEP-MPOG

Análise: Este índice em 2016 teve um decréscimo de 90% em relação ao ano de 2015, corroborando a queda que o mesmo já havia apresentado em 2015, apresentando um decréscimo de 68% em relação a 2014, devido a finalização das obras de implantação ou reforma de diversas instalações dentre elas ginásios escolares, laboratórios, novas salas de aula, refeitórios nos campi e a nova sede da reitoria;

M) Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar

Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Faixa / %	2015	2016
	0,5 SM < RFP <= 1 SM	23	23
	1 SM < RFP <= 1,5 SM	10	10
	1,5 SM < RFP <= 2,5 SM	8	6
	2,5 SM < RFP <= 3 SM	5	3
	RFP <= 0,5 SM	49	54
	RFP > 3 SM	4	2

Fonte: Q-acadêmico

Análise: Este indicador tem como finalidade, auferir o grau de inclusão social da UJ, por meio do perfil socioeconômico dos alunos. Não havendo uma

definição clara de como este cálculo deve ser efetuado, desta forma para melhor tabulação das informações, alteramos o mecanismo de cálculo para a indicação de percentual dos alunos através do perfil Renda Familiar Per Capita (RFP) por faixa de salários mínimos (SM):

0,5 SM < RFP <= 1 SM
1 SM < RFP <= 1,5 SM
1,5 SM < RFP <= 2,5 SM
2,5 SM < RFP <= 3 SM
RFP <= 0,5 SM
RFP > 3 SM

Estes indicadores foram tabulados do preenchimento dos dados socioeconômicos no sistema eletrônico de controle acadêmico Q-Acadêmico, com a tabulação dos dados, cerca de 91% dos alunos, apresentam uma renda per capita menor que 1,5 salário mínimo.

Vale ressaltar que nem todos os matriculados responderam no sistema a informação, o que possibilitou realizar indicador com apenas 3.850 matriculados, a instituição está buscando alternativas para melhorar a coleta destas informações através do sistema.

N) Indicador Aluno/Técnico-Administrativo (ATA)

Descrição: Valora a relação aluno/servidor técnico-administrativo.

ATA = Alunos matriculados / TA

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016
Alunos matriculados	23 780	26 854	18 881	21351	21.999
Total de técnicos administrativos (TA)	471	577	864	893	906
ATA	50.5:1	46.5:1	21.85:1	23.9:1	24,3:1

FONTE: DIGEP e SISTEC - MEC

Análise: Este índice teve um acréscimo, houve a estabilização da contratação de novos técnicos, o número de alunos matriculados aumentou com a consolidação dos novos campi do IFPI.

O) Indicador Técnico-Administrativo/Docente (TAD)

Descrição: Valora a relação servidor técnico-administrativo/docente.

$$\text{TAD} = \text{TA} / \text{D}$$

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016
TA = Total de técnicos administrativos	471	577	864	893	906
D = Total de docentes	726	750	991	1050	1140
TAD	0.65:1	0.77:1	0.87:1	0.85:1	0,8 :1

FONTE: DIGEP

Análise: Este índice apresentou um leve decréscimo devido a contratação de docentes para os novos campi.

P) Índice de Docentes Afastados (DA)

Descrição: Identifica a quantidade de docentes em afastamento para qualificação.

$$\text{DA} = \text{Docentes afastados} \times 100 / \text{Docente}$$

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016
Docentes Afastados	03	17	59	60	109
Docente	726	750	991	1050	1140
DA	0.4%	2.3%	6.0%	5.7%	9,5%

FONTE: DIGEP

Análise: Este índice atingiu 9,5%, aumentando o número de afastamentos para qualificação de 60 para 109, vale ressaltar que muitos dos afastamentos foram temporários e já encerraram, e os mesmos visam aumentar o Índice de Titulação do Corpo Docente.

5 METODOLOGIA

A autoavaliação institucional se fundamentou em aspectos qualitativo e quantitativo, tendo como conceito norteador de avaliação *“um processo sistemático de identificação de méritos e de valores, de fatos e de expectativas; é uma atividade complexa que envolve: múltiplos instrumentos; diferentes momentos; diferentes agentes”* (CONAES/INEP 2006), cuja legitimidade se baseia no envolvimento de toda a comunidade acadêmica, fortalecendo assim sua autonomia.

5.1 Procedimentos Metodológicos do Processo de Autoavaliação

1ª Etapa: ANALISE DAS QUESTÕES PARA UMA NOVA APLICAÇÃO

2ª Etapa: REVISÃO PASSADA PARA O SETOR TÉCNICO

3ª Etapa: INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO

Quanto aos questionários, adotou-se como modelo o novo instrumento de avaliação externa do INEP, agregando-se as questões objetos de avaliação pelos cinco eixos, distribuindo-se as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861/2004 - Lei do Sinaes. Após definição do instrumental de avaliação e da forma de acesso da comunidade a ele, seguiram-se a pesquisa e análise dos documentos da Instituição (PDI, Regimento Interno, Organização Didática, PPC, Relatórios MEC e Institucionais Censo), elaboração/reformulação das questões e distribuição das dimensões pelos eixos (Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065 de 2014):

- **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- **Eixo 4: Políticas de Gestão**

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- **Eixo 5: Infraestrutura Física**

Dimensão 7: Infraestrutura Física

4ª Etapa: SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

O Instituto Federal do Piauí nos meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2016 passou por uma situação incomum, que foi a ocupação de alguns campi com posterior greve dos professores, motivado pela aprovação da PEC que prevê a redução dos gastos públicos com educação e saúde. Por esse motivo, essa etapa ficou comprometida. Contudo, mantivemos banners no sítio eletrônico do IFPI com o objetivo de lembrar a importância da participação de todos no processo avaliativo através dos questionários online.

5ª Etapa: DISPONIBILIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Participação da comunidade acadêmica no preenchimento dos questionários de avaliação online.

6ª Etapa: ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS PELA CPA LOCAL.

O Procurador Institucional, membro da CPA, tabulou os dados que vão ser enviados às CPAs Locais para que façam as análises e sugestões. Concluída as análises e sugestões, as CPAs Locais enviaram seus relatórios à

CPA Central para arquivamento e orientar trabalhos futuros ou fiscalização. Tabulamos todos os dados em média para elaborar o relatório que será entregue no final do mês de março de 2017.

7ª Etapa: RELATÓRIOS CONCLUÍDOS CPAs LOCAIS

- Revisão do Relatório Final
- Envio do relatório à REITORIA
- Apresentação do relatório à comunidade acadêmica

8ª Etapa DIVULGAÇÃO A COMUNIDADE LOCAL

A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, deve oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados. Para tanto, podem ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. Vamos utilizar as CPA's locais para desenvolver o trabalho de divulgação junto a comunidade acadêmica do IFPI. A divulgação deve propiciar, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna. Os Relatórios elaborados pela CPA Central ficam sempre disponíveis na sitio do IFPI destinado a CPA.

6 DESENVOLVIMENTO

CAMPUS	TAES			DOCENTES			DISCENTES		
	T	P	%	T	P	%	T	P	%
Angical	31	22	71%	55	26	47%	213	182	85%
Cocal	22	6	27%	45	11	24%	63	30	48%
Corrente	24	13	54%	53	23	43%	281	34	12%
Floriano	47	18	38%	79	15	19%	306	111	36%
Parnaíba	41	26	63%	68	22	32%	235	332	141%
Paulistana	29	17	59%	46	13	28%	21	10	48%
Pedro II	25	15	60%	43	6	14%	36	2	6%
Picos	41	17	41%	69	16	23%	257	35	14%
Piripiri	28	10	36%	61	5	8%	177	8	5%
São Raimundo Nonato	26	8	31%	53	9	17%	70	0	0%
Teresina Central	109	36	33%	281	58	21%	1204	234	19%
Teresina Zona Sul	54	19	35%	96	16	17%	103	80	78%
Uruçui	32	15	47%	53	26	49%	133	34	26%
Total geral	509	222	43.61%	1002	246	24.55%	3099	1092	35.24%

T- Total do segmento

P- Participaram

Os dados abaixo se constituem de coletas, adquiridas no questionário online no Google Forms, disponibilizado a todos os segmentos da instituição.

6.1 ANÁLISE DOS INDICADORES - SEGMENTO DISCENTE

6.1.1 EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

- 1.1. Planejamento e Avaliação;
- 1.2. Processo avaliativo interno e externo em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- 1.3. Comissão Própria de Avaliação (CPA).

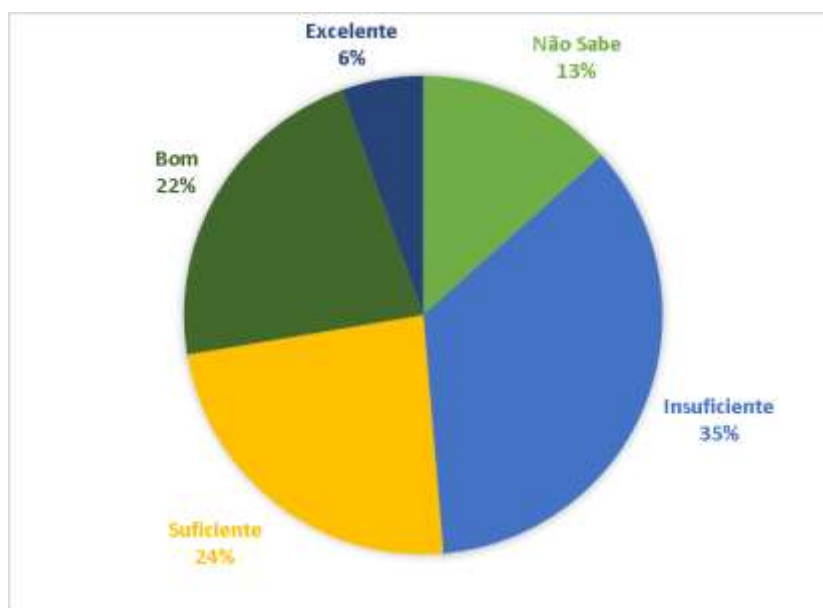


Figura 1-Avaliação do Planejamento e Avaliação Institucional

Análise	Em torno de 50% dos participantes tem conhecimento do PDI e sua relação com ações tomadas pelo IFPI. Quanto ao processo de autoavaliação, esse índice pode chegar a 70%. No questionário, quanto ao PDI, mantivemos a pergunta quanto a participação em sua elaboração, a qual só faz sentido para aqueles que faziam parte do IFPI na época de sua elaboração, logo esse índice sofre um efeito negativos daqueles que ainda não faziam parte dessa comunidade acadêmica. Obs: O gráfico acima, nos apresenta uma média das respostas fornecidas. Logo, nesses e nos demais tópicos que seguirem, poderemos estar recorrendo aos dados percentuais que deram origem a média apresentada, a fim de melhor esclarecer e subsidiar as sugestões que serão propostas.
---------	--

Sugestão	Nossa última abordagem recomendou aos dirigentes institucionais o procedimento abaixo. Apresentação do PDI a comunidade discente através de: palestra no ingresso semestral dos alunos, divulgação de folders nas salas, reforço dos coordenadores de curso junto aos alunos, expor informativos nos quadros de avisos do campus, divulgar massivamente a área do sítio que consta o PDI – mostrando-os a relevância do conhecimento do PDI. Recomendamos a manutenção das atividades acima, bem como sugerimos que os docentes na sua primeira aula do semestre, incluam ações informativas acerca do PDI do IFPI e sobre a autoavaliação institucional.
-----------------	--

6.1.2 EIXO 2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

2.2. Responsabilidade Social da Instituição

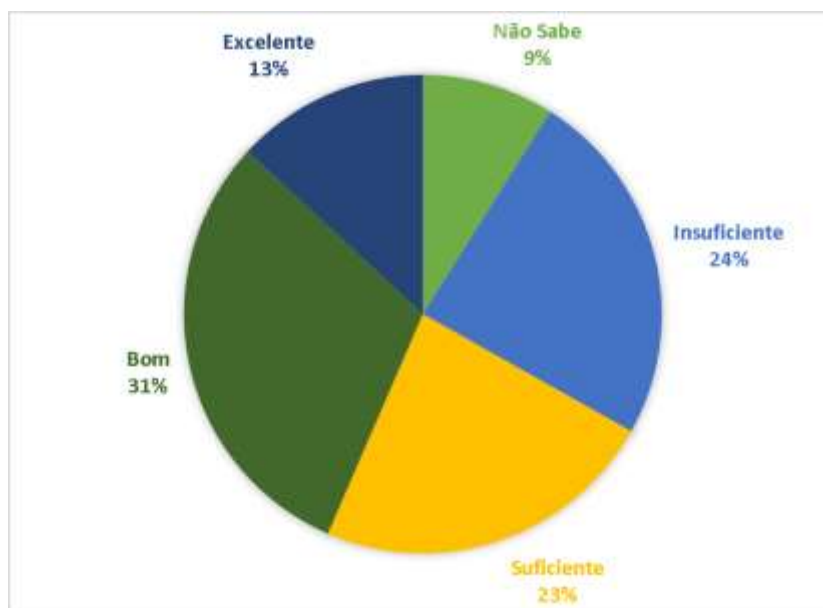


Figura 2 - Avaliação do Desenvolvimento Institucional

Análise	Em se tratando do conhecimento da Missão do IFPI, Normas Gerais, Organização Didática e Responsabilidade Social, são significativos os percentuais atingidos, pois todos estão acima dos 70%. No entanto, quando se trata das políticas de ensino, pesquisa e extensão, descritas no PDI, esse índice fica em torno de 53%. Analisando o gráfico acima, percebemos que existe um
----------------	--

	reconhecimento da comunidade discente quanto ao cumprimento de sua responsabilidade para com a formação e qualificação profissional, bem como com sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da região. Os índices Não Sabe e Insuficiente, tem uma íntima relação com o pouco conhecimento do PDI, já discutido no item anterior (6.1.1.).
Sugestão	Manter e aprimorar as ações que levam a comunidade discente a acreditar na missão do IFPI, respeitando suas normas, conhecendo sua organização didático-pedagógica com responsabilidade social. Implementar as recomendações do item anterior (6.1.1.), dando ênfase as políticas previstas no PDI, quanto ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

6.1.3 EIXO 3 POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1. Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

3.2. Comunicação com a Sociedade

3.3. Políticas de Atendimento aos Discentes

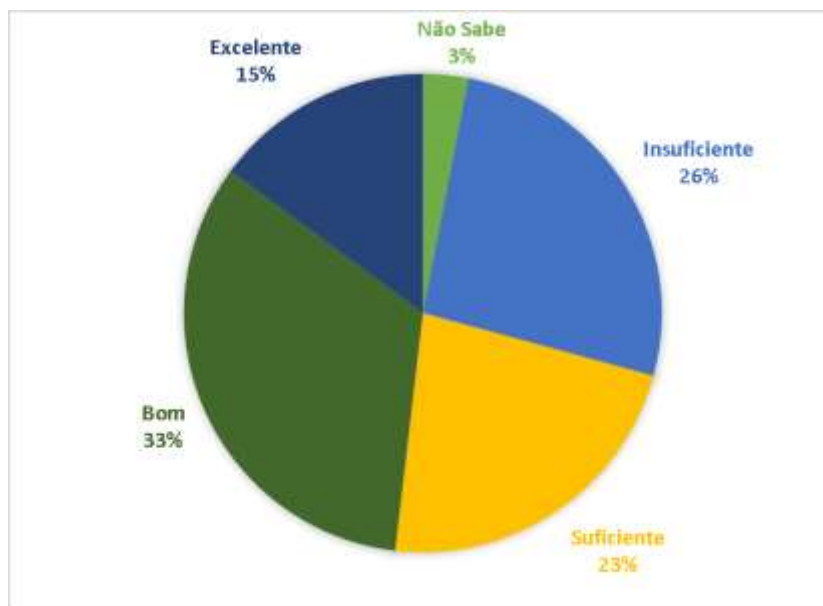


Figura 3 -Políticas Acadêmicas

Análise	Pra efeito de análise, retirando-se as Políticas de Acompanhamento de Egressos, o menor índice de aceitação nesse item de Políticas
----------------	---

	Acadêmicas, é 60%. Observando o gráfico acima, temos 48% entre Bom e Excelente. A comunidade discente considera que iniciação à pesquisa, atendimento ao aluno, serviços de saúde, tais como: médico, enfermagem, psicológico, odontológico e programas de acolhimento ao ingressante, promovendo nivelamento e monitorias, têm contribuído bastante para melhoria dos serviços oferecidos pelo IFPI. O IFPI não avançou quanto as Políticas de Acompanhamento de Egresso. Os discentes, na sua maioria, desconhecem e ou não sabem das políticas de acompanhamento ao egresso do IFPI.
Sugestão	Contudo, recomenda-se maior envolvimento dos docentes com as políticas e mecanismos de incentivo a pesquisa, as quais permitem à iniciação a pesquisa. Deve-se, fortalecer as políticas de atendimento ao aluno objetivando a expansão do número de beneficiários, atendendo assim os alunos com vulnerabilidade social, onde no Campus têm-se muitos alunos nessa condição; Aprimorar as ações de atendimento ao aluno, serviços de saúde como médico, enfermagem, psicológico, odontológico, programas de acolhimento ao ingressante, promovendo nivelamento e monitorias; Promoção e divulgação de acompanhamento aos egressos.

6.1.4 EIXO 4 POLÍTICAS DE GESTÃO

4.2. Organização e Gestão da Instituição:

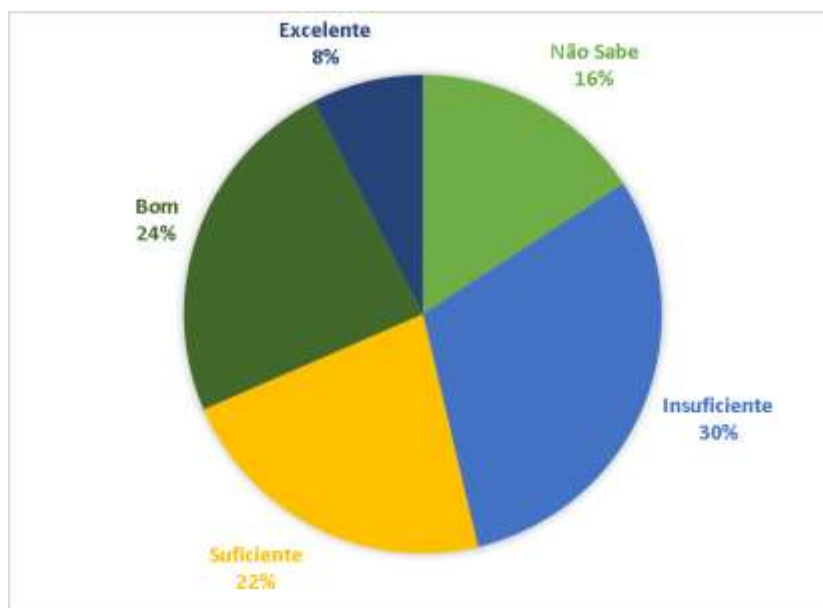


Figura 4 - Avaliação das Políticas de Gestão

Análise	Quanto à atuação e funcionamento do CONSUP, Colegiado de Curso, CPA e DCE, os percentuais de Suficiente a Excelente, somam 54%. Avançamos nesses quesitos, pois baixamos oito pontos percentuais dos que não sabiam a finalidade desses órgãos dentro da estrutura do IFPI. Embora a comunidade conheça os procedimentos da autoavaliação, como já fora discutido, não houve uma apropriação do conhecimento quanto ao funcionamento e atuação da CPA. Contudo, a comunidade sente-se satisfeita com o desempenho do coordenador para a melhoria do curso. Todavia, uma grande parcela dos discentes desconhece sobre o desempenho do DCE.
Sugestão	Nesse caso, as recomendações são as mesmas do último relatório, embora sugerimos que haja um direcionamento para as equipes que trabalham nessas comissões. Melhorar a comunicação da equipe gestora do IFPI com os representantes dos Centros Acadêmicos (C.A) e graduandos. Incentivar a divulgação nas salas, murais e no sítio das ações do: CONSUP, DCE, Colegiado, CPA; além de frisar a importância dos mesmos. Sensibilização dos segmentos institucionais para com a organização e gestão institucional; existência de canais de representação estudantil; ampliação do número de alunos na

representação dos colegiados de cursos e na CPA.

6.1.5 EIXO 5 INFRAESTRUTURA

5.1. Infraestrutura Física.

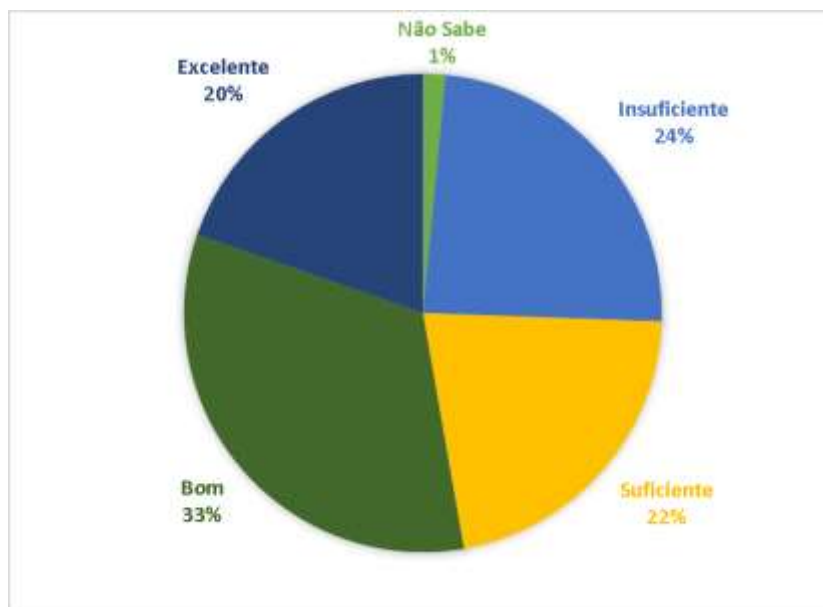


Figura 5 – Avaliação da Infraestrutura

Análise	Existe certa satisfação dos discentes quanto à estrutura física de forma geral, pois os índices de Suficiente a Excelente são de 75%. Porém, alguns itens merecem atenção devido ao uso e desatualização, tais como: espaço para atendimento ao aluno, conforto, acervo de periódicos, recursos didáticos disponíveis (Quadro Branco, Projetor Multimídia e outros). Percebe-se que a infraestrutura é boa ou suficiente em sua maioria, mas deixa a desejar em itens como: manutenção de equipamentos, área de convivência\acessibilidade, acervo de periódicos, informatização do acervo e sinalização dos setores. Existe uma insatisfação quanto à (aos): laboratório de informática, laboratório de atividades específicas do curso, atualização do acervo de livros quanto ao espaço esportivo\acessibilidade.
Sugestão	Segue algumas recomendações: Aquisição de títulos atualizados específicos do curso e melhoria no ambiente da biblioteca.

	Banheiro: Melhorar a estrutura (teto, sanitários, esquadrias, mictórios, etc.) e principalmente a limpeza; Melhorar os Laboratórios das atividades específicas dos cursos. Melhorar os Laboratórios de informática. Realizar manutenção da quadra poliesportiva. Política de planejamento para estruturar os laboratórios; pagamentos de bolsistas para apoio aos laboratórios; criação de laboratório de informática para estudo e pesquisa das atividades discentes; melhoria na qualidade de funcionamento dos banheiros, auditório, biblioteca, refeitório, salas de aula e bebedouros. Ampliar e equipar a estrutura física de apoio ao ensino, dando uma maior atenção à ampliação de laboratórios, acervo da biblioteca e acesso a bases de dados para pesquisa. Construção de uma área de convivência para os alunos a construção de um auditório no campus Zona Sul.
--	--

6.2 ANÁLISE DOS INDICADORES - SEGMENTO DOCENTE

6.2.1 EIXO 1 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

- 1.1. Planejamento e Avaliação
- 1.2. Processo avaliativo interno e externo em relação ao PDI
- 1.3. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

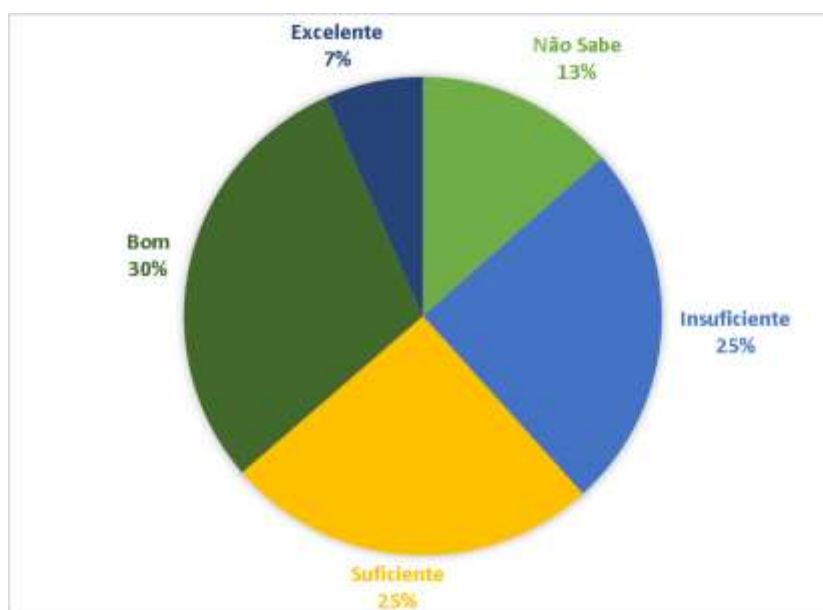


Figura 6 - Planejamento e Avaliação Institucional

Análise	Entre Suficiente e Excelente, mais de 60% dos docentes tem conhecimento do PDI e sua relação com ações tomadas pelo IFPI. No questionário, quanto ao PDI, mantivemos a pergunta quanto a participação em sua elaboração, a qual só faz sentido para aqueles que faziam parte do IFPI na época de sua elaboração, logo esse índice produz um efeito negativo, na medida que temos um ainda um índice de Não Sabe nesse gráfico. Contudo, ainda temos um índice de 25% que demonstra um conhecimento insuficiente do PDI, o que revela que esse documento ainda não foi democratizado junto aos docentes ou existe uma resistência por parte dos docentes na participação da avaliação e na construção de saídas efetivas para os problemas institucionais.
Sugestão	Recomendamos que as coordenações apresentem o PDI ao corpo docente e esses em suas primeiras aulas, quando da apresentação do plano de trabalho para o semestre letivo aos alunos, exponha também os principais pontos do PDI a esses alunos. Tornar o PDI um instrumento público, fazendo sua divulgação e requerendo a participação de toda a comunidade acadêmica. Promover uma socialização do PDI com os docentes e avançar no Planejamento para a construção coletiva do PPI. Promover discussão sobre avaliação e a importância do planejamento participativo para o processo de mudança; Realizar, em um modo temporal mais longo, uma maior divulgação do processo avaliativo sensibilizando sobre a necessidade de participação de todos em busca de resultados favoráveis para a instituição, dando ênfase a participação docente no processo, colocando a necessidade de sua participação e valorizando sua experiência para o processo.

6.2.2 EIXO 2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- 2.1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
- 2.2. Responsabilidade Social da Instituição

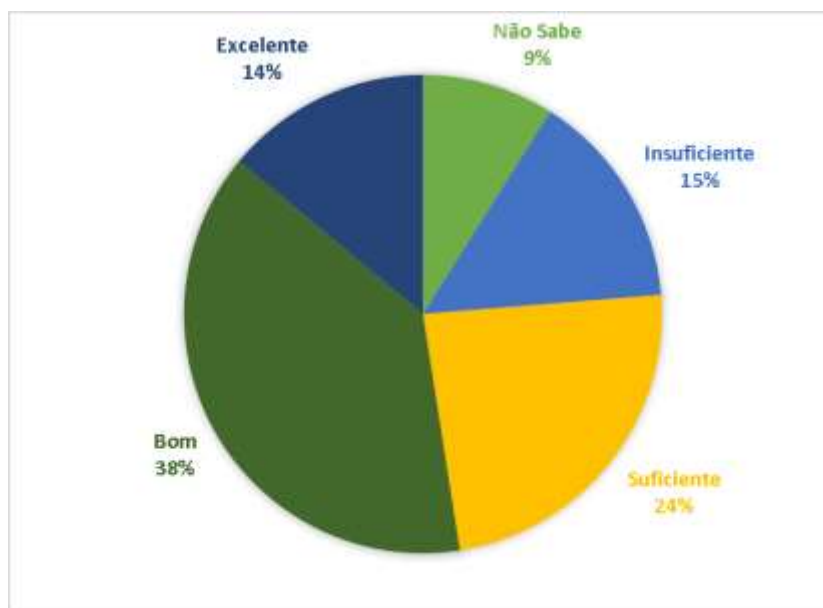


Figura 7 - Avaliação do Desenvolvimento Institucional

Análise	No que tange a Missão, Normas Gerais e Responsabilidade Social, 76% do indicador concentra-se entre Suficiente e Excelente. Demonstra conhecimento do valor institucional e seu papel social na comunidade em que está inserida. Contudo, acreditam que exista a necessidade de incrementação das políticas que constituem o tripé da instituição: ensino, pesquisa e extensão, com destaque para a dimensão pesquisa e extensão. A missão da instituição é conhecida por boa parte do corpo docente. Acreditamos que o tema Conhecimento do PDI, Pesquisa e Extensão, é que se justifica os índices apresentados em Insuficiente e Não Sabe, como já foi comentado no item anterior (6.2.1.).
Sugestão	Recomendamos que o corpo docente, quando da apresentação do plano de trabalho para o semestre letivo aos alunos, exponha também os principais pontos do PDI a esses alunos, logo passará existir a necessidade dos docentes em conhecer o PDI. Faz-se necessário, que os campi na realização de seus encontros pedagógicos, façam que os gestores apresentem ao corpo docente as ações desenvolvidas no ensino, pesquisa e extensão. Realizar estudo com os servidores do IFPI para identificar às

	causas do desconhecimento concernente a responsabilidade social da instituição, bem como criar linhas de financiamento para projetos de pesquisa que envolva a comunidade em que o campus está inserido.
--	--

6.2.3 EIXO 3 POLÍTICAS ACADÊMICAS

- 3.1. Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão
- 3.2. Comunicação com a Sociedade
- 3.3. Políticas de Atendimento aos Discentes

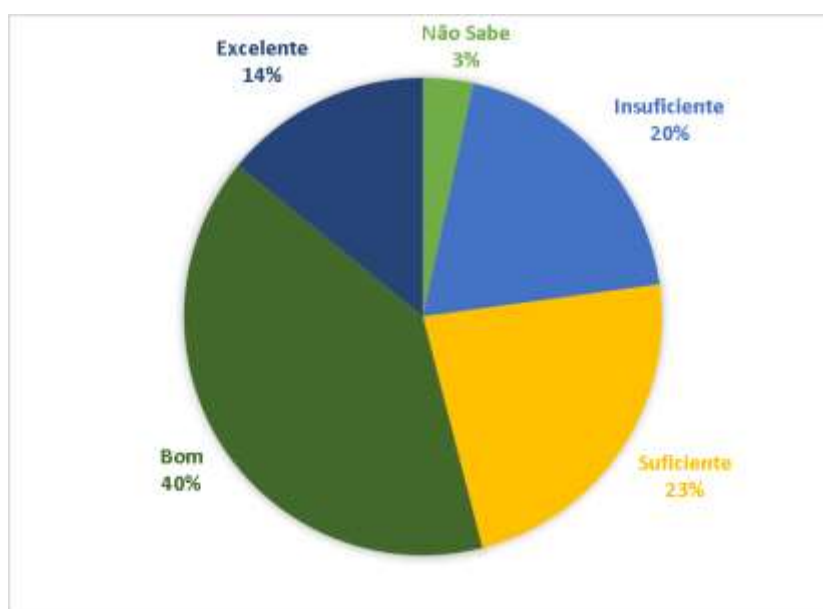


Figura 8 – Avaliação das Políticas Acadêmicas

Análise	Na perspectiva dos professores, os temas: envolvimento de alunos em projetos de pesquisa, coordenação de estágio, aulas práticas de campo (visitas técnicas) e de laboratório, inovação tecnológica e propriedade intelectual e acessibilidade curricular ao estudante (Interprete de Libras, Revisor de Braile, entre outros), são os pontos que merecem atenção no âmbito do IFPI. Esses temas apresentam os menores percentuais na pesquisa junto à comunidade docente. Os demais aspectos que compõem as Políticas Acadêmicas estão entre Bom e Excelente, na visão dos docentes. Os docentes corroboram com os discentes quando o tema é Ações de Acompanhamento dos Egressos.
Sugestão	

	Sensibilizar os docentes para que seus projetos envolvam alunos, viabilizando a iniciação a pesquisa. Tornar a coordenação de estágio mais atuante, ou seja, que a mesma inicie um trabalho de aproximação da instituição com os diversos segmentos do mundo do trabalho, viabilizando e alocando o alunado nos estágios supervisionado. Analisar os documentos que regem as funções dos profissionais que viabilizam a acessibilidade curricular ao estudante no âmbito do IFPI, tornando mais clara e eficiente a atuação desses profissionais junto aos discentes, permitindo melhor acompanhamento pedagógico desses alunos junto as disciplinas que estão frequentando. Ampliar, a partir da realização workshops, o conhecimento destas políticas, levando os docentes a discutir junto com as coordenações e Pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão a maior participação dos mesmos nesse processo. Promoção e divulgação de acompanhamento aos egressos.
--	---

6.2.4 EIXO 4 POLÍTICAS DE GESTÃO

- 4.1. Políticas de Pessoal
- 4.2. Organização e Gestão da Instituição
- 4.3. Sustentabilidade Financeira

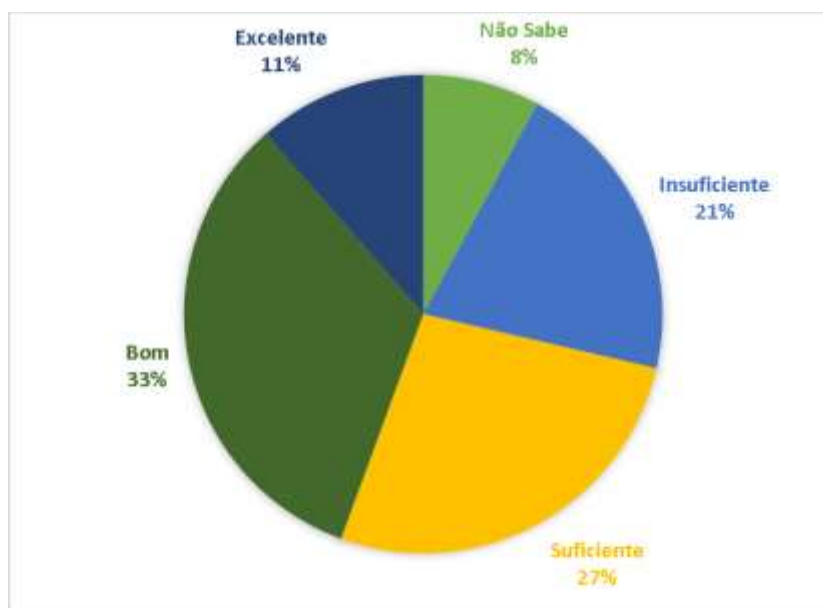


Figura 9 - Avaliação das Políticas de Gestão

Análise	
----------------	--

	Os dados mostram que os docentes avaliam a organização e gestão da instituição como excelente, boa ou suficiente, pois a soma percentual desse quesito atende a 71% dos docentes participantes. Entretanto, sinalizam para o fortalecimento das Políticas de Articulação e Integração Institucional e do Conselho Superior do IFPI, com maior divulgação das ações e planejamento destas políticas e do Conselho. Somente 29% dos pesquisado mostram-se insatisfeitos ou não querem emitir opinião sobre os temas.
Sugestão	Na perspectiva dos docentes, precisa que o IFPI execute as políticas de qualificação docentes previstas no PDI. Publicização das ações de formação e políticas de acesso ao docente no que cerne a formação e assistência ao professor. Propor seminários para a socialização e participação da comunidade acadêmica na definição e construção das políticas de Articulação e Integração Institucional, bem como das decisões a serem referendadas no Conselho Superior do IFPI.

6.2.5 EIXO 5 INFRAESTRUTURA

5.1. Infraestrutura Física.

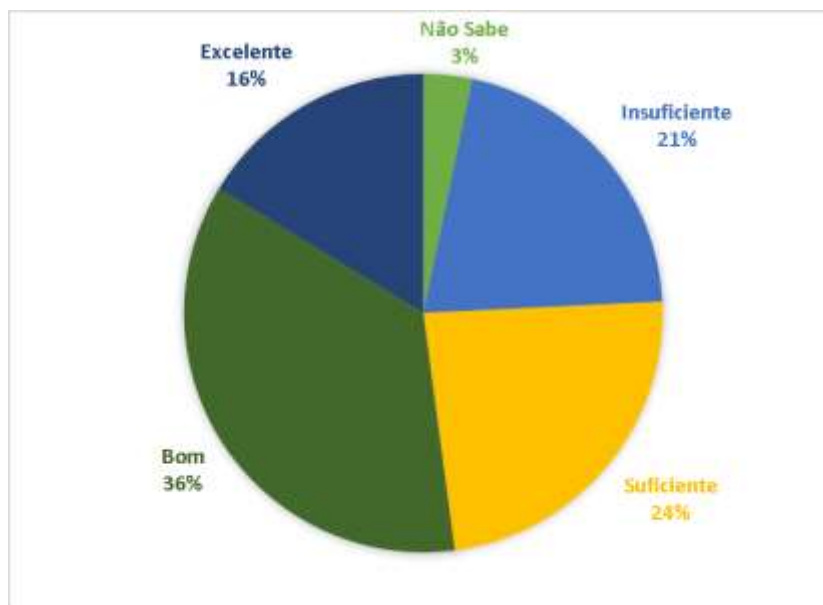


Figura 10 - Avaliação da Infraestrutura

Análise	
----------------	--

	Quanto à infraestrutura, 76% dos docentes opinaram entre Suficiente e Excelente. Os itens a que se referem esse percentual, são: ventilação/conforto térmico/dimensão/acústica acessibilidade, recursos didáticos disponíveis, limpeza e manutenção do ambiente, laboratórios de informática, limpeza e manutenção do ambiente, horário de atendimento, limpeza e manutenção do ambiente, área de convivência/acessibilidade, sinalização dos setores, iluminação, espaço esportivo/acessibilidade, segurança, auditório, banheiros e refeitório. Embora o campus Teresina Zona Sul não disponha de dois desses pontos, que são: auditório e áreas de convivências para os discentes. Laboratórios de atividades específicas do curso, manutenção dos equipamentos, acervo de periódicos do seu curso, informatização do acervo de livros e periódicos do seu curso, espaço de atendimento ao aluno, estão entre os pontos que produzem insatisfação entre os docentes.
Sugestão	Manter os investimentos que permitem conservar a infraestrutura e atualizar as que sejam necessárias. Propor e executar projetos que visem a suprir a infraestrutura que os campi ainda não possuem, mas que são necessárias, principalmente de salas de aulas. Antecipar-se na aquisição de componentes de reposição, com o objeto de manter a infraestrutura funcionando e evitando a perda do equipamento por falta dos componentes no mercado.

6.3 ANÁLISE DOS INDICADORES- SEGMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

6.3.1 EIXO 1 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

- 1.1. Planejamento e Avaliação
- 1.2. Processo avaliativo interno e externo em relação ao PDI
- 1.3. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

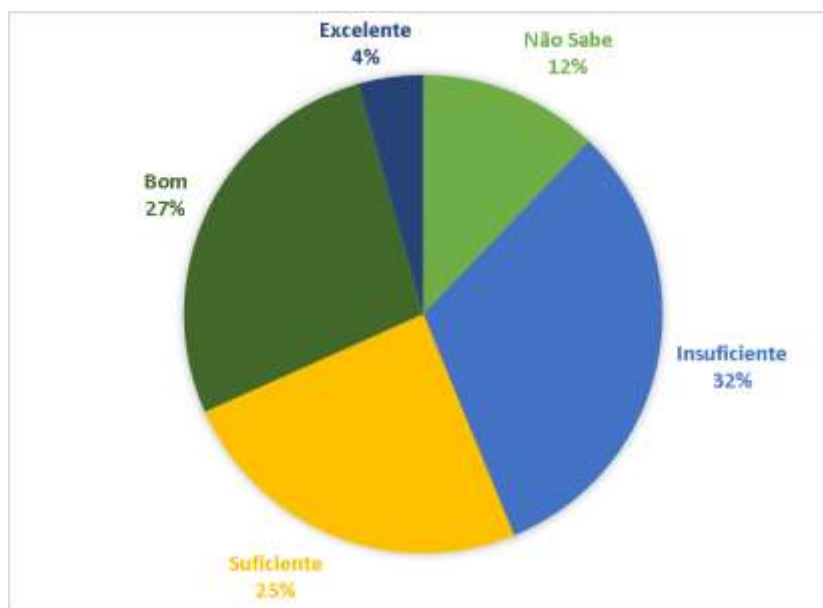


Figura 11 -Avaliação do Planejamento e Avaliação Institucional

Análise	Pouco mais de 50% dos participantes tem conhecimento do PDI e sua relação com ações tomadas pelo IFPI. Assim como nos demais segmentos, no questionário, quanto ao PDI, mantivemos a pergunta quanto a participação em sua elaboração, a qual só faz sentido para aqueles que faziam parte do IFPI na época de sua elaboração, logo esse índice sofre um efeito negativos daqueles que ainda não faziam parte dessa comunidade acadêmica. Os índices de Não Sabe e Insuficiente estão elevados, pois atingiram valores de 44% dos TAE's. Nesse quesito, o menor índice é quanto ao conhecimento dos resultados da autoavaliação de sua instituição de ensino, embora esses relatórios estejam sempre disponível no sítio do IFPI.
Sugestão	Precisamos de uma mudança de postura dos gestores dos campi, pois as reuniões pedagógicas, momento que geralmente são apresentados esses planos, não podem ser exclusivas dos docentes. Esses momentos devem ser planejados tal que, a equipe de TAE's e de docentes dos campi possam participar. Aplicação de seminários de estudo das políticas e metas contidas no PDI com os Pró-Reitores, diretores e coordenadores das dimensões constituintes do tripé indissociável ensino, pesquisa e extensão, considerando a importância para a implementação das mesmas com eficácia. Ressaltar na divulgação das ações do IFPI, que as mesmas

	estão previstas no PDI.
--	-------------------------

6.3.2 EIXO 2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

2.2. Responsabilidade Social da Instituição

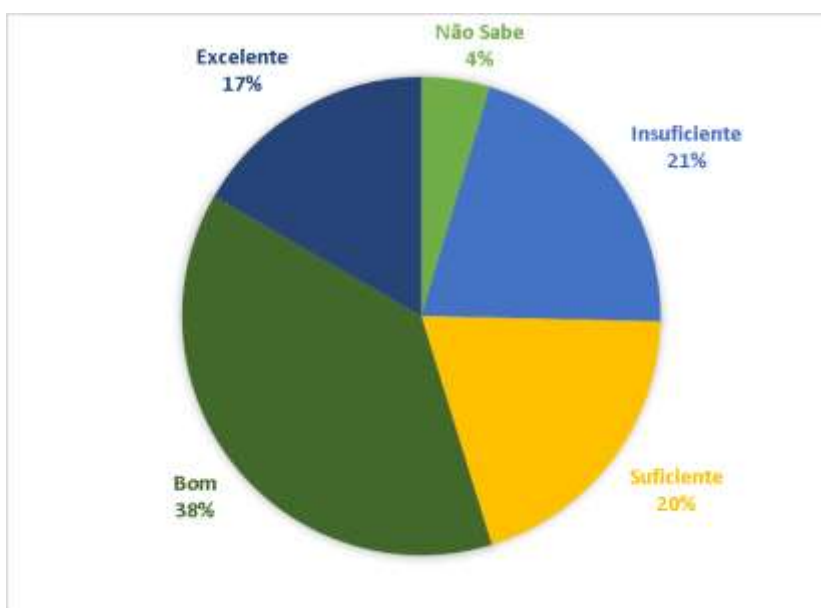


Figura 12 - Avaliação do Desenvolvimento Institucional

Análise	O maior percentual de servidores técnico-administrativos avalia seu nível de conhecimento quanto à missão e as políticas de pesquisa como boa e excelente. Quanto ao conhecimento das normas gerais e responsabilidade social da instituição, esse conhecimento fica entre bom e suficiente. Os menores índices recaem sobre as políticas de ensino e extensão, bem como da organização didático-pedagógica, ao qual podemos situar entre os percentuais de suficiente e insuficiente. Lembrando, que essas informações constam do PDI do IFPI. Logo, percebemos que o conhecimento do PDI ainda não foi democratizado no contexto do IFPI.
Sugestão	Sensibilizar e conscientizar os servidores técnicos administrativos que todas as políticas que são implantadas no contexto do IFPI estão e devem estar previstas no PDI. Nesse contexto, é importante ressaltar a esse segmento que quando da elaboração do PDI, faz-se necessário à criação de grupos de trabalho com o objetivo de contribuir com políticas ou ações que

	devem ser implementadas para esse segmento dentro do IFPI. O PDI devem trazer as aspirações dos três segmentos que compõe essa comunidade acadêmica. Tornar visível e efetivo a participação e principalmente conhecimento sobre os resultados da autoavaliação, de modo a propiciar a participação dos envolvidos e balizar as mudanças gerenciais necessárias à instituição.
--	---

6.3.3 EIXO 3 POLÍTICAS ACADÊMICAS

- 3.1. Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão
- 3.2. Comunicação com a Sociedade
- 3.3. Políticas de Atendimento aos Discentes

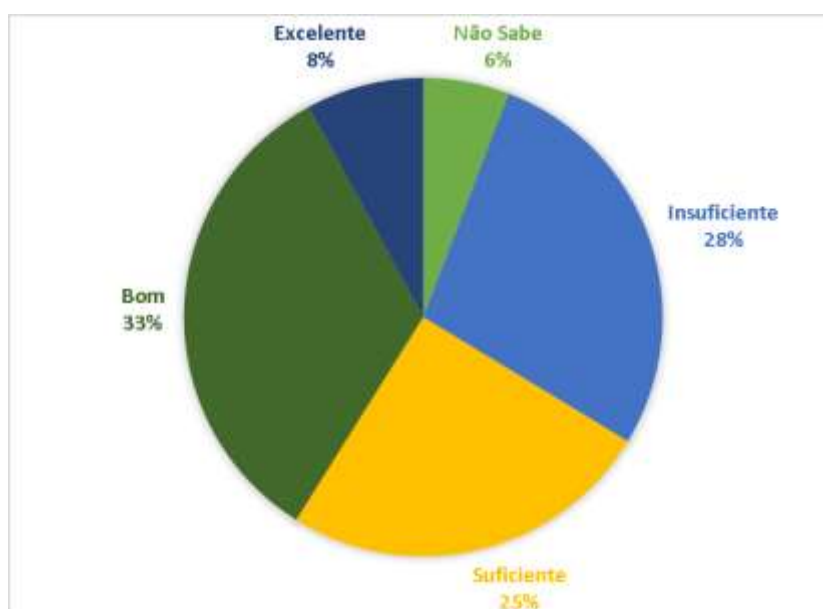


Figura 13 - Avaliação das Políticas Acadêmicas

Análise	Entre os percentuais de Suficiente e Excelente, temos 66% dos participantes mostrando-se satisfeitos com as políticas de formação (desenvolvidas pelas Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação), divulgação, atendimento aos segmentos da instituição, bem como imagem interna, políticas e ações desenvolvidas pelas Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Administração e Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional. Contudo, 34% somam-se os que não sabem ou consideram insuficientes essas políticas ou ações, com especial atenção a imagem na sociedade, as informações veiculadas nos diversos meios de comunicação, política de Atendimento ao Aluno
----------------	--

	(concessão de bolsas/monitorias/alimentação) e as políticas e ações de acompanhamento dos egressos.
Sugestão	Sugere-se uma maior aproximação entre a Pró-reitoria de Ensino com os TAE a fim de que os mesmos possam melhorar seus níveis de conhecimento quanto às políticas e ações dessa pró-reitoria face os problemas levantados, bem como os segmentos institucionais que fazem a imagem divulgada da instituição na comunidade. Na época do classificatório, é importante aumentar a divulgação nos meios de comunicação, sobretudo nas emissoras de rádio, na qual o custo do serviço é menor do que a televisiva. Se possível, apresentar <i>in loco</i> o instituto federal as escolas públicas da região ou montar um dia no IFPI, com larga programação, e convidar essas escolas para uma visita.

6.4 EIXO 4 POLÍTICAS DE GESTÃO

4.1. Políticas de Pessoal

4.2. Organização e Gestão da Instituição

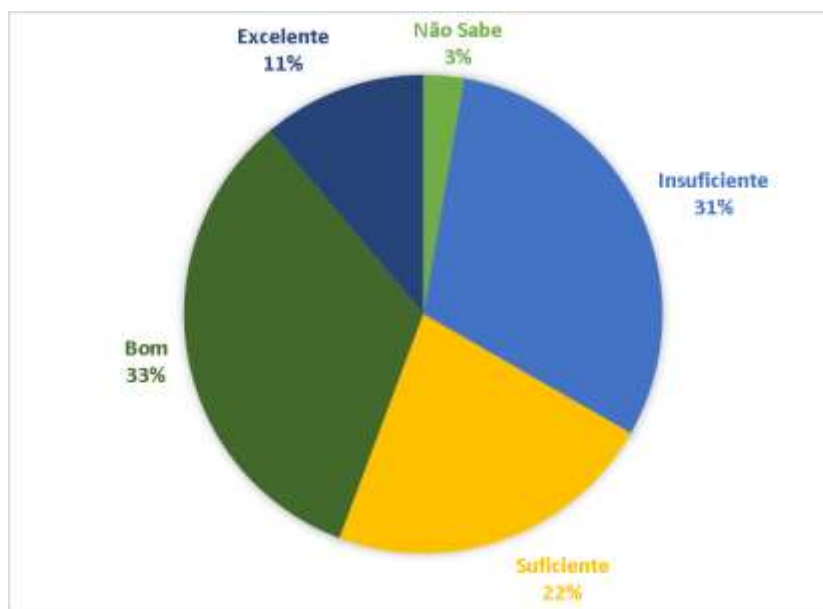


Figura 14 - Avaliação das Políticas de Gestão

Análise	De forma geral, no que tange as Políticas de Gestão, 66% dos participantes aprovam as ações aplicadas no contexto do IFPI, pois estão entre os percentuais Suficiente e Excelente. Os pontos que mais contribuem para essa satisfação, são: modelo de
----------------	---

	tomada de decisão no IFPI, planejamento das atividades na instituição, participação dos Técnicos Administrativo em Educação nos órgãos de gestão do IFPI, oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal. Os 31% dos participantes que julgam insuficientes as políticas de gestão, centram sua percepção no trato específico das políticas de qualificação e no trabalho em equipe, espírito de colaboração e solidariedade, pois apresentam os menores índices quanto as Políticas de Gestão do IFPI.
Sugestão	Melhorar a política de qualificação para TAE's, investindo em ações de capacitação e qualificação dos servidores, além de políticas que valorizem o conhecimento e capacidade técnica dos mesmos. Em especial, associando essa qualificação as atividades desenvolvidas pelos servidores no âmbito do IFPI. Sugere-se uma maior aproximação entre os órgãos de gestão com os TAE's, a fim de que os mesmos possam melhorar seus níveis de conhecimento quanto às políticas e ações das pró-reitorias em questão. Desenvolver ações que viabilizem o trabalho em equipe, conhecimentos entre seus pares, a fim de melhorar o espírito colaborativo no ambiente de trabalho.

6.5 EIXO 5 INFRAESTRUTURA

5.1. Infraestrutura Física.

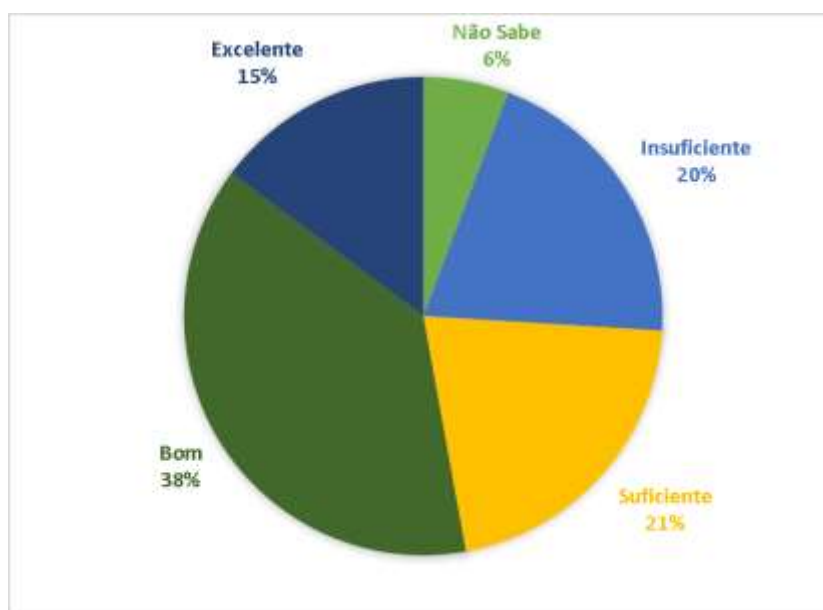


Figura 15 - Avaliação da Infraestrutura

Análise	Quanto à infraestrutura, 74% dos servidores participantes avaliam como positiva as instalações disponíveis no IFPI, pois estão entre os percentuais Suficiente e Excelente. Os melhores índices são encontrados nos seguintes itens avaliados: manutenção dos equipamentos, atualização do acervo de livros, acervo de periódicos, espaço esportivo/acessibilidade e refeitório. Para 20% dos servidores técnicos administrativos, a infraestrutura precisa ser melhorada, principalmente nos seguintes pontos: informatização do acervo de livros e periódicos dos cursos, área de convivência/acessibilidade, sinalização dos setores, banheiros (limpeza/conservação/acessibilidade) e segurança.
Sugestão	Recomenda-se investimento para corrigir os problemas detectados, em especial quanto a: informatização do acervo de livros e periódicos dos cursos, área de convivência/acessibilidade, sinalização dos setores, banheiros (limpeza/conservação/acessibilidade) e segurança.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de avaliação é inerente à humanidade, pois nossa evolução é percolada por processos avaliativos, os quais permitiu escolhermos as práxis mais adequadas para nossa sobrevivência. Logo, avaliar faz parte da forma como o homem interage com seu meio, sempre buscando aperfeiçoar sua práxis evolutiva. E o foco desse documento foi discorrer sobre a Avaliação Institucional do IFPI, o qual também busca aperfeiçoar suas práxis enquanto instituição de educação superior. Importante esclarecer que entendemos a Avaliação Institucional como um processo contínuo, participativo, dialógico, centrado na missão, diretrizes e metas institucionais, ressaltando seu caráter público quanto a procedimentos e resultados obtidos.

A avaliação institucional consistia em um processo que englobava os diferentes aspectos do ensino, pesquisa, extensão e gestão das instituições, bem como englobava o conhecimento da identidade institucional (missões, perfil, contexto, necessidades, dentre outros). Em 2004 foram criadas novas diretrizes para Avaliação da Educação Superior por meio da Lei nº10.861, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que tem por base a melhoria da qualidade e a importância das atividades de cada instituição educacional. Assim, convém ressaltar que ainda se faz necessária a sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da participação no processo de autoavaliação institucional.

A autoavaliação institucional é uma oportunidade de conhecer a realidade institucional, confrontar o ideal do PDI com as práticas e ações desenvolvidas requer, portanto, um olhar integrador, articulador, global, crítico de todas as políticas, práticas, processos, recursos, produtos que possibilitem ou não o alcance e a efetivação da missão e dos objetivos institucionais. É esse o objetivo da autoavaliação institucional: olhar para si, dizer de si e apontar caminhos a seguir. Nesse sentido, os dados ainda apontam e reafirmam os pontos que foram destaque na avaliação de 2014:

1. a gestão democrática é uma realidade, no entanto deve se criar e aprimorar mecanismos para uma maior participação efetiva nas tomadas de decisões e descentralização.

2. a comunidade acadêmica ratifica e reconhece seu papel na sociedade, no entanto, é preciso um maior empenho de todos para que as ações sejam divulgadas.

3. as políticas acadêmicas precisam ser divulgadas/publicizadas e ter a participação de vários segmentos para que as políticas de valorização aos servidores cheguem a todos.

4. os discentes defendem que em todos os campi exista um colegiado, a exemplo do Colégio de Dirigentes, para promover a gestão participativa no Campus;

5. a infraestrutura precisa ser ampliada ao contexto da demanda e os serviços oferecidos a comunidade, como espaço para os professores, atendimento aos discentes, laboratórios, salas de aula, área esportiva, refeitório, biblioteca e acervo, dentre outros.

Apesar de o momento político brasileiro impor as instituições uma posição administrativa de extrema cautela, quanto a recursos, esperamos que as informações desse relatório possam ajudar a direcionar os esforços da gestão dessa instituição para as demandas mais urgentes, implantando um plano de melhorias para cada setor do IFPI com vistas ao atendimento das prescrições legais previstas na legislação do SINAIS.

Teresina/PI, 29 de março de 2017

Membros da CPA Central do IFPI

Coordenação:

Antônio Alves de Carvalho Júnior: _____

Docentes:

Diego Mendes Pinheiro Costa _____

Suplente:

Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda _____

Teresinha Vilani Vasconcelos de Lima _____

Técnicos Administrativos

Kennya Martins de Melo Sousa Cunha _____

Suplente:

Mércia Ribeiro de Sousa _____

Discente

Fernando Juliano Santos _____

Fernando Robério Santos de Sousa _____

Representantes da Sociedade Civil Organizada

Almerinda Alves da Silva _____

Suplente

Josivaldo de Sousa Martins _____

Procuradoria Institucional

Diego Mendes Pinheiro Costa _____

Obs. Os documentos originais encontram-se assinados junto a CPA e a Pró-reitoria de Ensino do IFPI.